CARGO	Número da Prova		
ASSISTENTE SOCIAL	02		

Prova Língua Portuguesa Temas da Atualidade Conhecimentos Específicos do Cargo

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE PROVAS

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- ✓ O candidato deverá obrigatoriamente observar as medidas sanitárias de segurança à prevenção de contaminação e disseminação da COVID-19.
- ✓ Deixe sobre a mesa apenas o documento de identificação e a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente.
- ✓ Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos.
- ✓ Retire dos bolsos qualquer material ou objeto e coloque em embaixo da mesa ou no chão.
- ✓ Verifique se sua prova é para o cargo em que se inscreveu e se a mesma contém **35 questões**, numeradas de **1 à 35**. Caso contrário, informe imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores por falha de impressão.
- ✓ Confira os dados em seu Cartão Resposta. Assine apenas no campo Assinatura do Candidato.
- ✓ Marque no Cartão Resposta o Número da Prova correspondente ao Número da Prova constante no Caderno de Provas.
- ✓ Preencha o Cartão Resposta com as informações solicitadas.
- ✓ Para cada questão existe apenas uma resposta correta. A resposta correta deve ser marcada no Cartão Resposta.
- ✓ As marcações duplas, rasuradas ou marcadas de forma diferente ao indicado no cartão resposta, ocasionarão a anulação da questão.
- ✓ É de responsabilidade do candidato o preenchimento dos dados do Cartão Resposta.
- ✓ A prova terá duração de 03h, incluso o tempo para o preenchimento do Cartão Resposta.
- ✓ A saída da sala só poderá ocorrer após transcorridos 30 (trinta) minutos do início das provas.
- ✓ Ao sair da sala, entregue o Cartão Resposta ao fiscal da sala e retire-se imediatamente do local de aplicação das provas.
- ✓ Não é permitido o uso do banheiro após o término da prova.

Boa prova!!

Respostas para conferência																			
01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35					

Prova Assistente Social Unoesc - Universidade do Oeste de Santa Catarina

Língua Portuguesa

Presépio

Dentre as obrigações de Dasdores, as principais eram cuidar dos irmãos, fazer doces de calda, escrever cartas e montar o presépio - esta última é **determinação** de uma tia morta. Os pais estavam sempre exigindo mais e mais dela, pois acreditavam que era assim que uma moça deveria ser educada.

A questão é que se não fosse à missa, não veria o namorado Abelardo, coisa <u>rara</u> de acontecer.

Ao iniciar o ritual da montagem do presépio, desembrulhando as caixas com as peças, as amigas chegam a casa para combinar o horário de irem para a missa, o que atrasa ainda mais as tarefas de Dasdores.

A moça continua montando o presépio, lutando contra o tempo, ao passo em que o seu pensamento divide-se entre o namorado e o Menino Jesus.

Mas Dasdores continua, calma e preocupada, cismarenta e repartida, juntando na imaginação os dois deuses, colocando os pastores na posição devida e **peculiar** à adoração, decifrando os olhos de Abelardo, as mãos de Abelardo, o mistério prestigioso do ser de Abelardo, a **auréola** que os caminhantes descobriram em torno dos cabelos macios de Abelardo, a pele morena de Jesus, e aquele cigarro — quem botou! — ardendo na areia do presépio, e que Abelardo fumava na outra rua.

(O presépio de Carlos Drummond de Andrade. Texto adaptado especialmente para essa prova. https://www.todamateria.com.br/contos-brasileiros/ Carlos Drummond de Andrade. Acesso em 27 de Set/2022)

- 01. Assinale a alternativa em que o predicado é nominal.
- A) Os caminhantes descobriram a auréola em torno dos cabelos macios de Abelardo.
- B) Dasdores colocava os pastores na posição devida e peculiar à adoração.
- C) A moça decifrava os olhos de Abelardo.
- D) As amigas atrasam as tarefas de Dasdores.
- E) Os pais estavam sempre exigindo mais e mais dela.
- 02. Em todas as frases, o uso ou não da crase está correto, exceto em:
- A) As amigas chegam a casa para combinar o horário de irem à missa.
- B) As amigas chegam à casa de Dasdores para combinar o horário de irem à missa.

- C) As amigas chegam à casa para combinar o horário de irem à missa.
- D) As amigas chegam a casa para combinar o horário de irem para a missa.
- E) As amigas chegam à casa de Dasdores para combinar o horário de irem para a missa.
- 03. Use (V) para as frases verdadeiras e (F) para falsas sobre concordância verbal e nominal e depois indique a sequência correta.
- () Tenho bastantes amigos.
- () Haviam muitas pessoas na rua nessa manhã.
- () Bebida alcoólica é proibida em recintos educacionais.
- () "Muito obrigadas" disseram elas ao guarda.
- () Água é boa para a saúde.

Assinale a sequência correta:

A)
$$F - V - V - F - V$$
.

B)
$$V - V - F - F - V$$
.

C)
$$F - V - V - F - F$$
.

D)
$$V - F - F - V - F$$
.

E)
$$F - F - V - V - F$$
.

- 04. Assinale a alternativa em que está destacado o termo essencial da oração.
- A) A moça continua montando o presépio.
- B) A questão é que se não fosse à missa, não veria o namorado Abelardo.
- C) Na outra rua, Abelardo fumava.
- D) Dasdores continua decifrando os olhos de Abelardo
- E) Dentre as obrigações de Dasdores, as principais eram cuidar dos <u>irmãos</u>, fazer doces de calda.
- 05. O pronome **que** em: "[...] a auréola **<u>que</u>** os caminhantes descobriram em torno dos cabelos macios de Abelardo" desempenha a mesma função sintática em:
- A) Aquele cigarro ardendo na areia do presépio, e que Abelardo fumava na outra rua.
- B) A questão é **que** se não fosse à missa, não veria o namorado Abelardo.
- C) Os pais acreditavam **que** era assim que uma moça deveria ser educada.
- D) As amigas chegam a casa para combinar o horário, o que atrasa as tarefas de Dasdores
- E) A moça continua montando o presépio, ao passo em **que** o seu pensamento divide-se entre o namorado e o Menino Jesus.

- 06. Dentre as expressões destacadas, a que exerce a mesma função sintática do termo sublinhado em: "Mas Dasdores continua, **cismarenta** e repartida, juntando os dois deuses". é:
- A) [...] o mistério prestigioso do ser de Abelardo, a <u>auréola</u> que os caminhantes descobriram em torno dos cabelos.
- B) [...] e aquele cigarro **ardendo** na areia do presépio.
- C) Os pais estavam **sempre** exigindo mais e mais dela.
- D) [...] os pastores na posição devida e peculiar à adoração.
- E) [...] fazer doces <u>de calda</u>.
- 07. Sem prejuízo de sentido e fazendo as adaptações necessárias, é possível substituir os termos em destaque **no texto**, respectivamente, por:
- A) Decisão; preciosa; característica; esplendor.
- B) Ordem; difícil; simbólica; halo.
- C) Ordem; incomum; típica; glória.
- D) Decisão; incomum; característica; halo.
- E) Resolução; infrequente; típica; esplendor.
- 08. No fragmento, "**Ao iniciar** o ritual da montagem do presépio, as amigas chegam a casa para combinar o horário de irem para a missa". A oração em negrito abrange, simultaneamente, as noções de:
- A) Proporção e explicação.
- B) Causa e proporção.
- C) Tempo e finalidade.
- D) Explicação e consequência.
- E) Tempo e causa.
- 09. O excerto do conto trata:
- A) Das muitas tarefas de Dasdores.
- B) Da montagem do presépio a Missa do Galo, Dasdores vive um paradoxo.
- C) Do atraso em montar o presépio com a chegada das amigas.
- D) Da vida atribulada da moça, afinal quanto mais exigência dos pais melhor a educação.
- E) De não ver o namorado se não fosse à missa.

- 10. Em: "Dasdores continua, calma e preocupada, cismarenta e repartida, juntando na imaginação os dois deuses".
- A) Dasdores enquanto arruma o presépio pensa em Abelardo.
- B) Dasdores está divida entre arrumar o presépio ou ir à missa.
- C) As qualidades de Abelardo são comparadas à posição de adoração dos pastores.
- D) Falta tempo para Dasdores arrumar o presépio, e não para de pensar em Abelardo.
- E) Era véspera de Natal e, entre tantos afazeres, ela não tinha tempo para fazer ambas as coisas.

Temas da atualidade

- 11. A economia mundial passa por ciclos de altos e baixos. Esses momentos de instabilidade trazem diversas consequências, mas também deixam ensinamentos. Algumas das maiores crises mundiais foram, exceto:
- A) Do Subprime.
- B) Da Internet.
- C) Do Coronavírus (COVID).
- D) Da Grande Depressão.
- E) Da Bolha da Internet.
- 12. Segundo site da Oracle, a Internet das Coisas (IoT) descreve a rede de objetos físicos incorporados a sensores, software e outras tecnologias com o objetivo de conectar e trocar dados com outros dispositivos e sistemas pela internet. Embora a ideia de IoT já exista há muito tempo, uma coleção de avanços recentes em diversas tecnologias diferentes tornou-a prática. Sobre essas tecnologias, analise as afirmativas.
- I. Acesso a tecnologia de sensores de baixo custo e baixa potência. Sensores acessíveis e confiáveis estão possibilitando a tecnologia IoT para mais fabricantes.
- II. Inteligência artificial (IA) conversacional. Os avanços nas redes neurais trouxeram o NLP (natural-language processing, processamento de linguagem natural) aos dispositivos de IoT (como assistentes pessoais digitais Alexa, Cortana e Siri) e os tornaram atraentes, acessíveis e viáveis para uso doméstico.
- III. Plataformas de computação na nuvem. O aumento da disponibilidade de plataformas na nuvem permite que empresas e consumidores acessem a infraestrutura de que precisam para aumentar a escala sem precisar gerenciar tudo.

- IV. Conectividade. Uma série de protocolos de rede para a Internet facilitou a conexão de sensores à nuvem e a outras coisas para transferência eficiente de dados.
- V. Machine learning e análise avançada. Com os avanços em machine learning e análise avançada, além do acesso a quantidades grandes e variadas de dados armazenados na nuvem, as empresas podem obter insights de maneira mais rápida e fácil. O surgimento dessas tecnologias aliadas continua a ultrapassar os limites da IoT e os dados produzidos pela IoT também alimentam essas tecnologias.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmativa IV está correta.
- B) Apenas a afirmativa V está correta.
- C) Apenas a afirmativa II está correta.
- D) Todas as afirmativas estão incorretas.
- E) Todas as afirmativas estão corretas.
- 13. Conforme disposto no Art. 16 da Lei Orgânica do município de Nova Itaberaba, o servidor público municipal em exercício de mandato eletivo são aplicadas algumas imposições. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:
- I. Para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.
- II. Investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar por sua remuneração.
- III. Investido no mandato de vereador, havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens do seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, não será permitido optar por sua remuneração, devendo permanecer com a remuneração do seu cargo, emprego ou função.
- IV. Em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado, para todos os efeitos legais, exceto para a promoção por merecimento.
- V. Tratando-se de mandato eletivo Federal ou Estadual, ficará afastado do seu cargo, emprego ou função.

Assinale a alternativa correta:

- A) Apenas a afirmativa III está incorreta.
- B) Apenas as afirmativas I, III e V estão incorretas.
- C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) Todas as afirmativas estão corretas.

- E) Todas as afirmativas estão incorretas.
- 14. De acordo com o disposto na Lei Complementar 1370/2022 (Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais) e suas atualizações, analise as afirmativas abaixo.
- I. Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.
- II. Remuneração: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.
- III. Grupo Profissional: é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza, complexidade das atribuições e do nível de escolaridade.
- IV. Vencimento: é a retribuição pecuniária do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

Assinale a alternativa correta:

- A) Todas as afirmativas estão corretas.
- B) Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.
- C) Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão incorretas.
- 15. A Lei Complementar nº 1228/2019 (Estatuto dos Servidores Público Municipais) e suas atualizações, estabelece, em seu Art. 94, proibições ao servidor público. Sobre as proibições, analise as afirmativas abaixo:
- I. Praticar usura sob qualquer de suas formas.
- II. Ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato.
- III. Coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político.
- IV. Atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- V. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares.
- VI. Recusar fé a documentos públicos.
- VII. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição.

Assinale a alternativa correta:

A) Apenas a afirmativa IV está incorreta.

- B) Apenas as afirmativas I, IV e VII estão incorretas.
- C) Todas as afirmativas estão corretas.
- D) Apenas as afirmativas II, V e VI estão corretas.
- E) Todas as afirmativas estão incorretas.

Conhecimentos Específicos

16. O Terceiro Setor tem representação a partir das entidades que realizam ações para atender à dinâmica de complementaridade ao Estado. Assim, considerando que as entidades e organizações de assistência social são aquelas sem fins lucrativos e parceiras da administração pública no atendimento às famílias, indivíduos e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco social e pessoal, que integram a rede socioassistencial junto aos entes federativos (órgãos gestores) e os Conselhos de Assistência Social, compondo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). No SUAS, as entidades e organizações são acompanhadas pelos órgãos gestores e fiscalizadas pelos conselhos municipais de assistência social. Os órgãos gestores têm a função de assessorar e apoiar as entidades e organizações visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social às normas do SUAS. Os Conselhos Municipais têm atribuições de inscrever e fiscalizar as entidades e organizações de assistência social, bem como os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, conforme parâmetros e procedimentos nacionalmente estabelecidos. A apresentação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 134/19, que deu origem à Lei, decorreu de decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que considerou inconstitucionais vários artigos da Lei 12.101/09, fato este que exigiu sua revogação integral. Publicada no Diário Oficial da União reformula regras para a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições. A Lei que trata o enunciado é:

- A) Lei Complementar nº 187, de 16 dezembro de 2021.
- B) Lei Complementar nº 187, de 20 dezembro de 2021.
- C) Lei Complementar nº 134, de 20 dezembro de 2021.
- D) Lei Complementar nº 134, de 16 dezembro de 2021.
- E) Lei Complementar nº 188, de 17 dezembro de 2021.
- 17. A Constituição Federal (1988) a partir da sua promulgação representou o marco inicial para a efetivação dos direitos sociais. Percebe-se, portanto, que a perspectiva histórica, evidencia um

movimento pautado na defesa da formação cidadã pelo qual há o entendimento que todas as pessoas devem participar da vida em sociedade com as mesmas condições. Analise as assertivas:

- I. A pessoa com deficiência deve desfrutar dos direitos sob condicionantes específicos, para que o trânsito pelos espaços seja permitido e a acessibilidade garantida para todos.
- II. Evidencia-se, atualmente, um movimento pautado na defesa da formação cidadã, pelo qual a pessoa com deficiência deve desfrutar dos mesmos direitos e transitar pelos mesmos espaços que os sujeitos sem deficiência.
- III. As premissas da igualdade no acesso aos direitos são ratificadas pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, realizada pela ONU e evidenciada pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015). O movimento em prol das pessoas com deficiência passa a assumir um novo paradigma de sociedade e de homem, o que possibilita a alteração das barreiras invisíveis do consenso que as proclamam capazes, assim como, modifica a construção secular de uma memória social que as identifica como excluídas.
- IV. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2016) representou um avanço, pois aponta como dever do Estado, da sociedade e da família garantir à pessoa com deficiência a efetivação de seus direitos.
- V. O processo de habilitação e de reabilitação é um direito da pessoa com deficiência, conforme a Lei Brasileira da Inclusão (2015), Art. 14, Parágrafo único: O processo de habilitação e de reabilitação tem por objetivo o desenvolvimento de potencialidades, talentos, habilidades e aptidões físicas, cognitivas, sensoriais, psicossociais, atitudinais, profissionais e artísticas que contribuam para a conquista da autonomia da pessoa com deficiência e de sua participação social em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas.

A partir das assertivas apresentadas acima, no tema da pessoa com deficiência, assinale a correta:

- A) I, II, IV e V.
- B) I, III, IV e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) Todas as assertivas estão corretas.
- 18. A atuação profissional tem como pressuposto a compreensão e o entendimento sobre o regramento que norteia a intervenção cotidiana em diferentes espaços socioinstitucionais e que abrangem diferentes políticas de direitos. Sobre a assistência social, foi sancionada uma Lei ordinária que alterou a Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a Organização da Assistência Social. A Lei a qual estamos nos referindo é?

- A) Lei nº. 12.453 de 05 de junho de 2011, complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- B) Lei nº. 10.741 de 06 de julho de 2010, complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- C) Lei nº. 12.435 de 06 de julho de 2011, complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- D) Lei nº. 12.435 de 06 de julho de 2010, complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização do setor e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- E) Lei n°. 12.435 de 06 de julho de 2011, complementa a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) a qual tem adensada a Resolução n°. 34 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- 19. O Benefício de Prestação Continuada (BPC), previsto na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), garante um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta condição tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo (com efeitos por pelo menos 2 anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas. Para ter direito ao BPC, é necessário que a renda por pessoa do grupo familiar seja igual ou menor que 1/4 do salário-mínimo. Para o cálculo da renda familiar, identificada como critério de acesso e de permanência para o BPC poderão ser excluídas. Avalie as assertivas apresentadas e assinale as alternativas abaixo com (V) verdadeiro ou (F) falso.

•	Addition of (1) table.
() Pensão Alimentícia pelo caráter de necessidade.
() Remuneração da pessoa com deficiência na condição de aprendiz ou estagiário.
() Recursos de programas de transferência de renda.
() Benefícios e auxílios assistenciais eventuais e temporários.
() BPC ou benefício previdenciário no valor de até 1 salário mínimo (apenas para concessão do
B	PC a outro idoso ou pessoa com deficiência da mesma família).

A sequência correta de cima para baixo é:

A) F, F, V, F, V.

- B) V, F, V, F, V.
- C) V, F, F, V, F.
- D) F, V, V, F, F.
- E) F, V, V, V, V.
- 20. A Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, teve alteração para definir aspectos de atualização dos Programas Sociais. A alteração realizada refere-se ao acréscimo de qual artigo?
- A) Art. 7°-F (Artigo acrescido pela Lei n° 14.284, de 29/12/2021) passa a vigorar acrescida do seguinte: "Art. 7°-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. § 1° As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1° e 2° do art. 6°-C desta Lei ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico. § 2° A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal."
- B) Art. 6°-F (Artigo acrescido pela Lei nº 14.284, de 29/12/2021) passa a vigorar acrescida do seguinte: "Art. 6°-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. § 1° As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1° e 2° do art. 6°-C desta Lei ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico. § 2° A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal."
- C) Art. 4°-F (Artigo acrescido pela Lei n° 14.284, de 29/12/2021) passa a vigorar acrescida do seguinte: "Art. 4°-F. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. § 1° As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1° e 2° do art. 6°-C desta Lei ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico. § 2° A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal."
- D) Art. 6°-D (Artigo acrescido pela Lei nº 14.284, de 29/12/2021) passa a vigorar acrescida do seguinte: "Art. 6°-D. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e

disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. § 1º As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 6º-C desta Lei ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico. § 2º A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal."

E) Art. 3°-E (Artigo acrescido pela Lei nº 14.284, de 29/12/2021) passa a vigorar acrescida do seguinte: "Art. 3°-E. Fica instituído o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), registro público eletrônico com a finalidade de coletar, processar, sistematizar e disseminar informações georreferenciadas para a identificação e a caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda. § 1° As famílias de baixa renda poderão inscrever-se no CadÚnico nas unidades públicas de que tratam os §§ 1° e 2° do art. 6°-C desta Lei ou, nos termos do regulamento, por meio eletrônico. § 2° A inscrição no CadÚnico é obrigatória para acesso a programas sociais do Governo Federal."

21. Um dos grandes desafios hoje colocados aos assistentes sociais consiste em formular projetos que materializarão o trabalho a ser desenvolvido. Cada vez mais, é imperativo ao assistente social identificar aquilo que requer a intervenção profissional, bem como reconhecer de que forma essa intervenção irá responder às necessidades sociais que, transformadas em demandas, serão privilegiadas nos processos de trabalho nos quais a profissão é requerida. O profissional está atento às demandas contemporâneas, compreende o arsenal técnico-operativo como expressão de sua opção teórica, materializando o seu uso com o propósito de garantir a execução de seu trabalho na direção da construção de relações democráticas e emancipadoras, pressupostos básicos:

Assinale a alternativa correta:

- A) Resolução CFESS n. 273/1993.
- B) Da Lei n. 8.662/1993, que regulamenta a profissão.
- C) Do projeto ético-político do Serviço Social.
- D) Código de Ética de 1993.
- E) Constituição Federal de 1988.
- 22. A Secretaria Nacional de Habitação (SNH) é responsável por acompanhar e avaliar, além de formular e propor, os instrumentos para a implementação da Política Nacional de Habitação, em articulação com as demais políticas públicas e instituições voltadas ao desenvolvimento urbano, com o objetivo de promover a universalização do acesso à moradia. Nesse sentido, a SNH desenvolve e coordena ações que incluem desde o apoio técnico aos entes federados e aos setores

produtivos até a promoção de mecanismos de participação e controle social nos programas habitacionais. Cabe ainda à Secretaria Nacional de Habitação coordenar e apoiar as atividades referentes à área de habitação no Conselho das Cidades. O Governo Federal está sempre em busca de caminhos e estratégias que melhorem a situação habitacional e que façam o país caminhar em direção à suficiência habitacional. A coordenação das ações em habitação é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Habitação do Ministério de Desenvolvimento Regional, que administra diversos programas e serviços. Dentre as modalidades disponibilizadas pela SNH estão:

- I. O Programa Casa Verde e Amarela busca facilitar o acesso da população, sobretudo de baixa renda, à casa própria.
- II. Programa Pró-Moradia (integrante do Casa Verde e Amarela).
- III. Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social SNHIS foi instituído pela Lei Federal nº 11.124 de 16 de junho de 2005 e tem como objetivo principal implementar políticas e programas que promovam o acesso à moradia digna para a população de baixa renda.
- IV. Minha Casa, Minha Vida.
- V. Programa Habitacional.

Assinale a alternativa correta:

- A) I, II, IV e V.
- B) I, II e III.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) Todas as assertivas estão corretas
- 23. A Lei nº 8.069/1990 (O Estatuto da Criança e do Adolescente ECA), em seu Art. 11, define que é assegurado acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, por intermédio do Sistema Único de Saúde, observado o princípio da equidade no acesso a ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. A previsão de acesso igualitário às ações e serviços de saúde não significa que deva o gestor do Sistema de Saúde deixar de disponibilizar um atendimento diferenciado e especializado a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Portanto, necessário se faz o desenvolvimento de uma metodologia própria para o enfrentamento das diversas demandas e situações peculiares que irão ocorrer, por meio do (da):
- A) A segurança das políticas públicas.
- B) O sistema de garantia de direito.
- C) A prioridade absoluta.

- D) O princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, que se constitui na razão de ser da intervenção estatal.
- E) A preferência e cuidado voltado às necessidades específicas.
- 24. O Censo SUAS é regulamentado pelo Decreto 7.334/2010, e deve ser preenchido anualmente, permitindo traçar um retrato detalhado da assistência social no país, de forma a monitorar as unidades, atividades, serviços prestados e o perfil dos trabalhadores. O Censo Suas é um processo de monitoramento que coleta dados por meio de um formulário eletrônico preenchido pelas secretarias e conselhos de Assistência Social. Caso o Conselho Municipal não preencha o Censo SUAS, o município poderá sofrer sanções como:
- A) Averiguação e suspensão acerca da efetiva instituição e funcionamento do fundo de assistência social dos estados, municípios e Distrito Federal, de acordo com a Portaria MC nº 109/2020, que regulamenta a averiguação dos requisitos do Art. 30 da LOAS, Lei nº 8.742/93
- B) Averiguação da institucionalização do plano de assistência social dos estados, municípios e Distrito Federal será baseada no Censo do Sistema Único de Assistência Social Censo SUAS, e na observância das normas vigentes.
- C) Suspensão do cofinanciamento federal, de acordo com a Portaria MC nº 109/2020, que regulamenta a averiguação dos requisitos do art. 30 da LOAS, Lei nº 8.742/93.
- D) Averiguação prevista nos Arts. 2º e 4º, nos exercícios de 2020 e 2021, inicialmente se baseará no Censo SUAS, e após esse período, a verificação dos requisitos se dará em sede de monitoramento continuado nos termos de normativo específico da Secretaria Nacional de Assistência Social.
- E) Averiguação dos requisitos do Art. 30 da Lei nº 8.742, de 1993, a utilização do Censo SUAS e do CadSUAS poderão ser complementadas a qualquer tempo por outras formas de averiguações, a critério da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS).
- 25. O Serviço Social ao longo dos anos, acompanha as transformações da sociedade na qual o profissional é desafiado a compreender e intervir nas novas configurações e manifestações da "questão social". Se inserem na realidade da profissão, temas como o desemprego, o trabalho, o trabalho infantil, a violência doméstica, as discriminações, as drogas, as crianças e adolescentes, saúde mental, os indivíduos com deficiências, o envelhecimento. Destacam-se como base da intervenção profissional na atualidade. Avalie as assertivas apresentadas e assinale as alternativas abaixo com (V) verdadeiro ou (F) falso.

) A Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social). A noção de Seguridade supõe que os cidadãos tenham acesso a um conjunto de certezas e seguranças que cubram, reduzam ou previnam situações de risco e de vulnerabilidades sociais.) A Assistência Social, como política pública de Proteção Social, constitutiva da Seguridade Social, constituiu-se em tema de estudos, pesquisas e campo de interlocução do Serviço Social com amplos movimentos da sociedade civil que envolveram fóruns políticos, entidades assistenciais e representativas dos usuários de serviços assistenciais;) A questão da municipalização e da descentralização das políticas sociais públicas e a gestão destas políticas públicas com a presença e o protagonismo do assistente social em fóruns e conselhos vinculados às políticas de saúde, de assistência social, da criança e do adolescente, entre outras, participando ativamente na defesa de direitos e no controle social das políticas públicas.) Avanços na Proteção Social, garantidos na Constituição Federal de 1988 com destaque para a Política Nacional de Assistência Social – PNAS (2004) que propõe uma nova arquitetura institucional e política para essa política com a criação de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A sequência correta de cima para baixo é:

- A) F, F, V, F.
- B) V, F, V, F.
- C) V, V, V, V.
- D) F, V, V, F.
- E) F, F, F, F.

26. A formação profissional dos assistentes sociais brasileiros, segue o projeto pedagógico que contempla um conjunto de valores e diretrizes, que lhe dão a direção profissional. Como resultado das transformações sociais que se traduzem nas particularidades da profissão, projeto profissional estabelece "as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade" (ABESS, 1997, p. 61). A profissão vem buscando definir e consolidar suas atribuições e competências, as quais se encontram, reconhecidas e regulamentadas, segundo a Lei n. 8662/1993. Assim é que, no cumprimento das atribuições e competências socioprofissionais, há que se considerar:

I. O exercício profissional se realiza pelas ações de intervenção como coordenar e executar políticas sociais, projetos e programas, mas também avaliá-los, coordenar pesquisas, realizar vistorias, perícias e laudos, emitir parecer técnico, formar assistentes sociais. Aqui se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa das competências profissionais e atribuições profissionais.

- II. A dimensão investigativa da prática como constitutiva do exercício profissional bem como se reconhece e se enfatiza a natureza investigativa de grande parte das competências profissionais.
- III. Investigar e intervir, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade, os conhecimentos teórico-metodológicos, os saberes interventivos e procedimentais constituem-se componentes fundamentais.
- IV. Dimensão investigativa é um momento anterior da dimensão interventiva, pois a primeira identifica e a segunda intervém, sendo que a qualidade de uma não implica na plena realização da outra.
- V. Dimensão investigativa permite construir uma instrumentalidade mais qualificada, eficiente, eficaz, competente e compromissada com os princípios da profissão.

A partir das assertivas apresentadas, no tema da intervenção do assistente social, estão corretas:

- A) I, II, IV e V.
- B) I, II, III e V.
- C) I, IV e V.
- D) II, III e V.
- E) IV e V apenas.
- 27. Sobre a linha evolutiva temporal dos direitos humanos, Celso Lafer (1988; 1997) menciona a fase da formação dos denominados direitos de primeira geração nos seguintes termos: "Os direitos humanos da Declaração de Virgínia e da Declaração Francesa de 1789 são, neste sentido, direitos humanos de primeira geração, que se baseiam numa clara demarcação entre Estado e não-Estado, fundamentada no contratualismo de inspiração individualista. São vistos como direitos inerentes ao indivíduo e tidos como direitos naturais, uma vez que precedem o contrato social". (1988, p. 126). Considerar a perspectiva das três vertentes jurídicas: do direito internacional dos direitos humanos, o direito humanitário e direito internacional dos refugiados. Avalie as assertivas apresentadas e assinale as alternativas abaixo com (V) verdadeiro ou (F) falso.
- () A legitimação e o reconhecimento, até mesmo o judicial, do alcance e da dimensão amplos das obrigações convencionais de proteção internacional da pessoa humana assegura a continuidade do processo de expansão do direito de proteção.
- () Deve-se considerar que a visão compartimentalizada das três grandes vertentes, encontra-se definitivamente implantada na atualidade.
- () O exercício contemporâneo sobre os direitos humanos, deixa de admitir a possibilidade da aplicação simultânea de normas de proteção do direito internacional dos direitos humanos, do direito internacional dos refugiados e do direito internacional humanitário.

- () A construção de um mundo comum, baseado no direito de todo ser humano à hospitalidade universal acompanha a pauta de princípios dos direitos humanos.
- () O Estado, na proteção internacional da pessoa humana em tempo de paz, está isento em seus deveres jurídicos de tomar medidas positivas para prevenir, investigar e sancionar violações dos direitos humanos.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) F, F, V, F, V.
- B) V, F, V, F, V.
- C) V, F, F, V, F.
- D) F, V, V, F, F.
- E) F, F, F, F, V.
- 28. A instituição de um Sistema de Notificação e Investigação em Vigilância Sanitária (VIGIPOS), no âmbito do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, como parte integrante do Sistema Único de Saúde (SUS) foi instituído visando considerando a importância do trabalho integrado das vigilâncias sanitária, epidemiológica e ambiental nas três esferas de governo, visando ao impacto positivo no perfil epidemiológico da população. A legislação correspondente a que se refere o enunciado é?

Assinale a alternativa correta:

- A) Portaria nº 1.660, de 22 de julho de 2009.
- B) Decreto nº 1.660, de 22 de julho de 2009.
- C) Portaria nº 1.660, de 22 de julho de 2019.
- D) Decreto nº 1.660, de 22 de julho de 2019.
- E) Lei Complementar nº 1.660, de 22 de julho de 2009.
- 29. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Lei nº 8.069/1990, dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. No que diz respeito à política de atendimento à infância e juventude, deliberada pelos Conselhos dos Direitos, enquanto espaços de participação, busca-se fortalecer sobre o desenvolvimento de garantias e prioridades da criança e do adolescente de modo amplo e irrestrito a considerar o acompanhamento e a previsão da elaboração, execução e cumprimento da lei amplamente como forma de garantir os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Esta prerrogativa está presente em qual Artigo do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)?

- A) Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- B) Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência. I Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de dezoito anos; II Identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente; III Proceder a exames visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido, bem como prestar orientação aos pais.
- C) Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.
- D) Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.
- E) Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na

formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

- 30. Dentre os aspectos que permitem compreender as políticas públicas como diretrizes estão, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as "não-ações", as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. Elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem (TEIXEIRA, 2002). Assim, as Políticas Públicas de Saúde no Brasil, orientam-se desde 1988, conforme a Constituição Federal promulgada neste ano, pelos princípios de:
- A) Universalidade e equidade no acesso às ações e serviços de um Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional.
- B) Universalidade e equidade no acesso às ações e serviços e pelas diretrizes de descentralização da gestão, de integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional.
- C) Integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional.
- D) Garantia da seguridade social, da integralidade do atendimento e de participação da comunidade, na organização de um Sistema Único de Saúde (SUS) no território nacional.
- E) Organizar as funções das políticas públicas governamentais para a promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da coletividade.
- 31. Os valores que ele contém são orientadores das opções, escolhas, dos posicionamentos e julgamentos de valor realizados cotidianamente. Para que se materializem, é preciso que ganhem efetividade na transformação da realidade, na prática social concreta, seja ela na direção de um atendimento realizado, de uma necessidade respondida, de um direito adquirido. Apresentam valores fundantes de liberdade e justiça social. Estamos nos referindo, a (ao):
- A) Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais.
- B) Lei nº 8.662/1993 Regulamenta a profissão de assistente social.
- C) Resolução CFESS Nº 273, de 13 março de 1993.

- D) Lei nº 12.317/2010, que instituiu a jornada de trabalho de 30 horas semanais
- E) Lei nº 3.252/1957 Regulamenta a profissão de assistente social.
- 32. Nas intervenções em saúde, de modo que a organização da atenção e do cuidado opere para além dos muros das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e do sistema de saúde, favorecendo a ampliação de escolhas saudáveis por parte dos sujeitos e das coletividades. Esta perspectiva democrática de organização de saúde ultrapassa as sistemáticas institucionalizadas de controle social e se compromete com a criação de mecanismos de mobilização e participação da sociedade usuário, movimentos sociais, trabalhadores de saúde, gestores de diversos setores exigindo a captação de recursos políticos, humanos e financeiros que extrapolam o âmbito da saúde. Assim, coloca-se à saúde o desafio da intersetorialidade. O conceito de intersetorialidade refere-se:
- A) A experiência de trabalho na saúde coletiva que sugere buscar novas estratégias de intervenção em equipe.
- B) A experiência dentro de um contexto complexo e dialógico de interações, inter-relações e articulações entre elementos e concepções interventivas.
- C) A exigência em integrar subjetividades, projetos coletivos e serviços organizados a partir de equipes.
- D) É compreendida como uma etapa de um processo contínuo supondo o pôr em conjunto, isto é, profissionais trabalhando juntos.
- E) A articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos e na saúde, é entendida como uma forma articulada de trabalho que pretende superar a fragmentação do conhecimento e das estruturas sociais para produzir efeitos mais significativos na saúde da população. Mais do que um conceito, é uma prática social que vem sendo construída perante os problemas complexos do mundo moderno.
- 33. O Art. 2º da Lei nº. 8.212/1991 Lei Orgânica da Seguridade Social, estabelece que a Saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Em seu parágrafo único, consta que as atividades de saúde são de relevância pública e sua organização obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes:
- I. Acesso universal e igualitário e provimento das ações e serviços através de rede regionalizada e hierarquizada, integrados em sistema único.

- II. Descentralização, com direção única em cada esfera de governo e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas.
- III. Descentralização político-administrativa e participação da população na formulação e controle das ações em todos os níveis.
- IV. Participação da comunidade na gestão, fiscalização e acompanhamento das ações e serviços de saúde.
- V. Participação da iniciativa privada na assistência à saúde, obedecidos os preceitos constitucionais.
 A partir das assertivas apresentadas acima, estão corretas:
- A) I, II, IV e V.
- B) I, III, IV e V.
- C) I, III e V.
- D) II, III e V.
- E) Todas as assertivas estão corretas
- 34. Sobre o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), instituído pela Constituição Federal de 1988, garantido no âmbito da proteção social não contributiva da Seguridade Social e regulamentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) importa considerar:
- I. A Lei nº 14.176, de 22 de junho de 2021 altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para estabelecer o critério de renda familiar per capita para acesso ao benefício de prestação continuada, estipular parâmetros adicionais de caracterização da situação de miserabilidade e de vulnerabilidade social e dispor sobre o auxílio-inclusão de que trata a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência); autoriza, em caráter excepcional, a realização de avaliação social mediada por meio de videoconferência; e dá outras providências.
- II. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) está previsto na Lei nº 8.742/1993 (Lei Orgânica da Assistência Social LOAS), representando a garantia de um salário-mínimo por mês à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. No caso da pessoa com deficiência, esta tem de ser capaz de lhe causar impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial de pequeno, médio e longo prazo (com efeitos que durem ao menos por dois anos), que a impossibilite de participar de forma plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. A partir do final de julho de 2022, os requerentes do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com menos de 16 anos precisam apresentar um documento oficial com foto, que seja original, na avaliação médica. Trata-se de novidade apenas para o público do BPC dessa faixa etária, porque

isto já é adotado para aqueles com mais de 16 anos que pedem o benefício, sendo almejada, assim, pelo INSS, uma uniformização de procedimentos.

IV. Para ter direito ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), a renda por pessoa do grupo familiar deve ser menor que 1/4 do salário-mínimo. Além da renda de acordo com o requisito estabelecido, as pessoas com deficiência passam por avaliação médica e social no INSS.

V. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) não pode ser acumulado com outro benefício no âmbito da Seguridade Social (como o seguro desemprego, a aposentadoria e a pensão por morte) ou de outro regime, exceto com benefícios da assistência médica, pensões especiais de natureza indenizatória e a remuneração advinda de contrato de aprendizagem. É necessário registrar que o beneficiário deverá declarar que não recebe outro benefício no âmbito da Seguridade Social.

A partir das assertivas apresentadas acima, no tema da pessoa com deficiência, estão corretas:

- A) I, II, IV e V.
- B) I, III, IV e V.
- C) I, IV e V.
- D) I, III e V.
- E) Todas as assertivas estão incorretas

35. A Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991 dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. A Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinado a assegurar o direito relativo à saúde, à previdência e à assistência social. A Seguridade Social obedecerá aos seguintes princípios e diretrizes definidos. Assinale as alternativas abaixo com (V) verdadeiro ou (F) falso.

- () Universalidade da cobertura e do atendimento.
- () Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- () Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços e redutibilidade do valor dos benefícios.
- () Equidade na forma de participação no custeio e uniformidade da base de financiamento.
- () Caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados.

A sequência correta de cima para baixo é:

- A) F, F, V, F, V.
- B) V, F, V, F, V.
- C) V, V, F, F, V.
- D) F, V, V, F, F.

Concurso Público - Município de Nova Itaberaba/SC

Caderno de Provas Edital de Concurso Público nº 001/2022								
E) F, F, F, F, V.	Edital de Concurso i donco il ocultacata							
2)1,1,1,1,1,								
		23						
1	Day A							